



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

SOLICITAÇÃO Nº	002/2023
ASSUNTO:	Registro de Preços de horas de caminhão

1. Definição do objeto

O objeto da presente contratação é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestação de serviço de transporte de saibro com caminhão caçamba com capacidade mínima de carga de 12 cúbicos, com ano de fabricação e modelo não inferior à 2005, e horímetro para aferição das horas trabalhadas, na quantidade necessária para melhoramento do encascalhamento das estradas municipais, as quais necessitam de reparos em virtude da chegada do inverno e consequentemente o aumento das chuvas, tendo em vista que os caminhões da municipalidade não estão conseguindo suprir a demanda de serviço existente, por serem caminhões com anos de uso e que necessitam de conserto e manutenção regularmente.

2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 02/2023, de 29 de maio de 2023.

3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta, é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de saibro, para auxiliar na manutenção das estradas municipais as quais necessitam de reparos em virtude da chegada do inverno e consequentemente o aumento das chuvas, tendo em vista que os caminhões da municipalidade não estão conseguindo suprir a demanda de serviço existente, por serem caminhões com anos de uso e que necessitam de conserto e manutenção regularmente.

4. Requisitos da contratação

Os serviços tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, de acordo com o Inciso XIII do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021.

Os serviços deverão ser realizados quando solicitados pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, sendo que a empresa deverá disponibilizar em cada serviço contratado, que se dará através de empenho, no mínimo 02 e no máximo 03 caminhões caçamba com capacidade mínima de carga de 12 cúbicos, com ano de fabricação e modelo não inferior à 2005. Os serviços quando solicitados pelo Município, não serão inferiores a 100 horas devendo a empresa executar os serviços de no mínimo seis horas diárias por veículo se as condições climáticas permitirem.

O valor será pago por hora trabalhada e o controle será através de verificação do horímetro dos veículos que será realizado pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito

Fica por conta da Contratada todas as despesas dos caminhões e dos motoristas.

As características e quantidades dos serviços encontram-se na planilha anexa

O pagamento do serviço será efetuado em até 10 (dez) dias, após a realização das horas contratadas em cada pedido de empenho, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA).

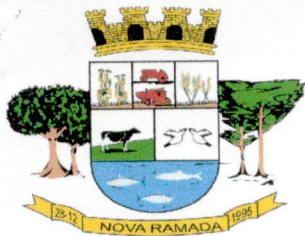
O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Menor Preço Unitário, aonde serão **REGISTRADOS PREÇOS**, conforme regulamenta o Decreto Executivo Municipal nº 4.609, de 12 de maio de 2023.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: www.novaramada.rs.gov.br / e-mail: obras@novaramada.rs.gov.br



Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Declaração assinada pelo representante legal da empresa indicando os caminhões que serão utilizados nos serviços, quando solicitados;
- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo válido;
- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo válido em nome da empresa vencedora ou comprovação da disponibilidade do mesmo, através de contrato de locação, devidamente registrado;
- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

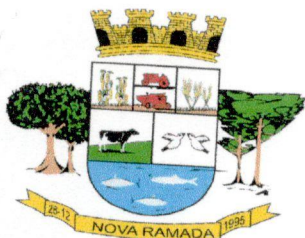
Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS** (ceiscadastro.cgu.gov.br) e o **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP** (portaldatransparencia.gov.br);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
- **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br);
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

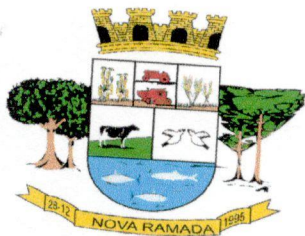
3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

de análise jurídica prévia.

3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

5. Modelo de execução do objeto

Os serviços deverão ser prestados, após assinatura da Ata de Registro de Preços, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito e envio para a empresa do pedido de empenho para a empresa com a respectiva quantidade das horas contratadas, onde a empresa devera disponibilizar no mínimo 02 e máximo 03 caminhões para prestação do serviço, com disponibilidade de trabalho de no mínimo 6 (seis) horas diárias em condições climáticas favoráveis.

6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, uma vez que os serviços serão solicitados, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito. A fiscalização dos serviços e prazos de execução se dará pelo servidor Sérgio Biancon matrícula nº 138-2/1 – Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito Adjunto.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será realizado, em até 10 (dez) dias após a execução das horas contratadas, solicitadas em cada pedido de empenho, e emissão da nota fiscal em nome do município de NOVA RAMADA.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

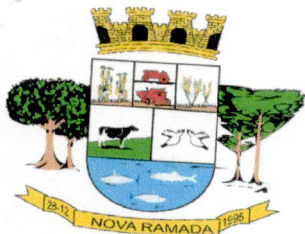
8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada em transporte de saibro com caminhão caçamba.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores ou prestadores de serviços.

- 1-DE PAULA ESCAVAÇÕES CNPJ 32.337.935/0001-54
- 2-ELEMENTAR LOCAÇÃO SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CNPJ 06.983.057/0001-34
- 3-DK ESCAVAÇÕES CNPJ 45.690.480/0001-06
- 4-NILTON TURCZINSKI CNPJ 32.821.889/0001-64

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de empresas que atuam no ramo pertinente ao objeto solicitado.



Município de Nova Ramada
Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ: 01.611.828/0001-49

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 204.050,00 (duzentos e quatro mil e cinquenta reais), sendo que os valores unitários estão em planilha anexa.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do artigo 23 da Lei federal 14.133/21. A planilha de composição de preços do valor da hora foi elaborado pela empresa **MAUSS CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.368.332/0001-72, contratada pelo Município p essa finalidade.

10. Adequação orçamentária

De acordo com a contratação pretendida como Registro de Preços, no momento da solicitação de empenho será detalhado o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilhas anexas, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(x) NÃO.

() SIM. QUAL?

Nova Ramada, 29 de maio de 2023.

Itamar Zan

Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 29 de maio de 2023.

Sérgio Biancon

Secretária Municipal de Obras, Viação e Trânsito (adjunto)

Parecer do Responsável financeiro:

() Há recursos financeiros disponíveis

() A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

(X) Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva contratação.

() Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de _____

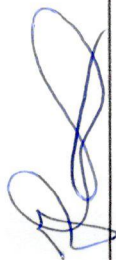
Nova Ramada, de de 2023.

Cristina Breitenbach da Silva
Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 02-2023

PROJETO / ATIVIDADE:				267820051.2.02400 - Melhoria e Manutenção da Infraestrutura de transporte				CÓDIGO DA DESPESA:	
Fonte de Recursos:				Detalhamento da Fonte:					
Serviço de terceiros				Manutenção e conservação de estradas e vias					
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR. MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.		
1	1	1000	horas	Serviços de transporte de saibro com caminhão caçamba com capacidade mínima de carga de 12 cúbicos, com ano de fabricação e modelo não inferior à 2005, com horímetro para aferição das horas trabalhadas	204,05	204.050,00	24937		
TOTAL DA DESPESA							204.050,00		

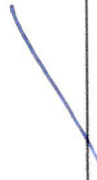
Por tratar-se de registro de preço a fonte de recurso sera definida quando da efetiva contratação



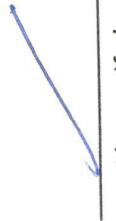
Responsável pela Elaboração



Secretário



Empenhos



Almoxarifado